

CAPACITASUAS/BA e a UFRB, desafios e possibilidades desta parceria *CAPACITASUAS/BA and the UFRB, challenges and possibilities of this partnership*

Heleni Duarte D. de Ávila¹
Jucileide F. do Nascimento²
Albany M. Silva³
Silvia de O. Pereira⁴
Edgilson Tavares de Araújo⁵

RESUMO

A contribuição desse estudo reside no potencial de análise acerca da articulação entre os processos de trabalho na política pública de assistência social e a educação no trabalho como parte das estratégias para a transformação das práticas interventivas dos profissionais que atuam no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Objetiva-se analisar no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, os desafios e possibilidades no contexto da educação permanente no SUAS, socializando o papel desenvolvido pela Universidade na primeira fase, do CapacitaSUAS na Bahia.

Palavras-chave: Assistência Social; SUAS; Educação; Universidade.

ABSTRACT

The contribution of this study lies in the potential analysis about the relationship between the work processes in the public policy of social assistance and education work as part of the strategies for the transformation of interventional practices of professionals working in the Unified Social Assistance System (ITS). The objective is to analyze the scope of the Federal University of Bahia Reconcavo, challenges and opportunities in the context of lifelong education in ITS, socializing the role played by the University in the first phase, the CapacitaSUAS in Bahia.

Keywords: Social Assistance; ITS; Education; University.

¹ Doutora. Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. E-mail: heleniavila@ufrb.edu.br.

² Mestre. Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. E-mail: nascimento.jucileide@gmail.com.

³ Mestre. Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, e-mail: albanyms@gmail.com.

⁴ Doutora. Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, e-mail: 38.silvia@gmail.com.

⁵ Doutor. Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, e-mail: edgilson@gmail.com.

Texto convidado

1. INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Assistência Social – PNAS, regulamentada pela Lei 8.742/93, alterada pela Lei 12.435/2011, assinala um novo modelo para a gestão da política de assistência social, através do Sistema Único de Assistência Social, dando destaque para a gestão do trabalho e para a educação permanente. Esse modelo de gestão aponta para a necessidade de um (a) trabalhador (a) que rompa com a perspectiva assistencialista, clientelista, preconceituosa e assentada na troca de favores, para um novo perfil profissional pautado no compromisso ético, político e profissional, assegurando práticas democráticas e participativas que garantam os direitos prescritos na Constituição Federal de 1988.

Debater a Política de Assistência Social, nós impõe afirmar concepções, princípios, diretrizes e sua organização. A Política Nacional de Assistência Social afirma-se no campo estatal de responsabilidade pública com recursos sistemáticos para implementação de benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, e ao mesmo tempo, desconstruir o que o conservadorismo ainda coloca ou tenta fortalecer enquanto compreensão da Política de Assistência Social, como políticas destinadas a extrema pobreza, que tenha uma atuação estritamente focalizada e pontual, que não comporta o direito a renda, que se circunscreve a programas e projetos com início, meio e fim, que seja basicamente terceirizada e que não ganhe investimentos de recursos sistemáticos e garantidos (BRAGA, p. 41/42, 2014).

Para a sua efetivação, o SUAS, dá mais um passo importante com a edição da Política Nacional de Educação Permanente que pressupõe a integração dos processos educativos de profissionais da Assistência Social às experiências cotidianas dos serviços onde estão inseridos, contribuindo com o aprimoramento da gestão do SUAS e da qualidade dos serviços e benefícios socioassistenciais, através de um processo de educação continuada, percebida e desenvolvidas nas suas práticas cotidianas.

Os percursos formativos e as ações de formação e capacitação, compreendidas no âmbito desta Política, destinam-se aos trabalhadores do SUAS com Ensino Fundamental, Médio e Superior que atuam na rede socioassistencial governamental e não governamental, assim como aos gestores e agentes de controle social no exercício de suas competências e responsabilidades.

Esta política, visa, institucionalizar a cultura da educação permanente, no âmbito do SUAS, de forma a garantir meios, princípios e diretrizes para a sua efetivação em todos os Estados e Municípios do Brasil. Para tanto, aponta objetivos específicos que ressaltam na necessidade de formar trabalhadores, conselheiros e gestores; fortalecer a gestão, o controle democrático e a gestão participativa; descentralizar as ações do SUAS para Estados, Municípios e Distrito Federal; propiciar aprendizado por meio das experiências vivenciadas no cotidiano do trabalho. Além destes, merecem destaque mais dois objetivos, que tocam diretamente no papel das Universidades nesse processo de formação e de construção de experiências e saberes, que são:

[...] j) Criar meios e mecanismos institucionais que permitam articular o universo do ensino, da pesquisa e da extensão ao universo da gestão e do provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais, de forma a contribuir para o desenvolvimento das competências necessárias à contínua e permanente melhoria da qualidade do SUAS. k) Consolidar referências teóricas, técnicas e ético-políticas na Assistência Social a partir da aproximação entre a gestão do SUAS, o provimento dos serviços e benefícios e instituições de ensino, pesquisa e extensão, potencializando a produção, sistematização e disseminação de conhecimentos (BRASIL, CNAS, 2013).

Para viabilizar estes objetivos, foi criada uma arquitetura institucional responsável pelo processo de educação e formação dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, que é materializada através da constituição da Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS (RENEP – SUAS), criada em 2012.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, representada pelo Colegiado do Curso de Serviço Social, compõe a RENEPE desde 2012.

Em final de 2013 o Governo do Estado da Bahia, através da então Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza – SEDES, atual Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS, deu início ao chamamento público de Instituições de Ensino Superior para Execução da primeira etapa do Programa CapacitaSUAS no Estado, tendo apenas a UFRB como pleiteante. Após a fase de assinatura do Termo de Referência e confecção do Plano de trabalho, iniciou-se uma série de reuniões com a SEDES e internamente com o corpo de professores e discentes envolvidos, objetivando o início de um trabalho, até então novo, para os envolvidos (contratante e executor).

A experiência vivenciada pela UFRB, com o seu corpo técnico (docentes e discentes) e a relação estabelecida com o Governo do Estado – SJDHDS foi um processo de construção de saberes, práticas e possibilidades que desdobraram em produtos importantes para o fortalecimento da educação permanente no SUAS.

Desta forma, será abordado neste artigo os desafios para a implementação da Educação Permanente no SUAS, com base na experiência vivenciada pela UFRB na execução do CapacitaSUAS na Bahia. Ao final, serão apresentados desafios, perspectivas e possibilidades para a execução da próxima etapa do CapacitaSUAS, com base em acertos e erros, a partir do papel desempenhado pela Universidade.

1. A Educação Permanente e a Política de Assistência Social

Já nas primeiras Conferências Nacionais de Assistência Social a capacitação/formação dos (as) profissionais do SUAS aparece como demanda recorrente nas deliberações dessas conferências, porém, só em 2007 com a aprovação da Resolução n. 1 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) é instituída a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH\SUAS) Neste mesmo ano, no seu capítulo V, que trata das diretrizes nacionais para a política nacional de capacitação, a norma estabelece que deve ter como fundamento a educação permanente, devendo ser ofertada de forma sistemática e continuada, sustentável, participativa, nacionalizada, descentralizada, avaliada e monitorada (NOB-RH\SUAS).

Observando esses princípios, atento as deliberações das conferências de assistência social e atendendo as demandas dos trabalhadores (as), conselheiros (as) e gestores (as) do SUAS que em todo o território nacional de forma organizada demandavam respostas acerca da educação e capacitação dos profissionais do SUAS, o CNAS por meio da Resolução nº08 de 2012, e o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) cumprindo essa resolução institui o Programa Nacional de Capacitação do SUAS – CapacitaSUAS sendo uma estratégia para a formação permanente e qualificação de trabalhadores (as), conselheiros (as) e gestores do SUAS nos três níveis de gestão induzindo o compromisso dos entes federados com a proposta de educação permanente nos moldes do estabelecido na NOB-RH\SUAS. O CapacitaSUAS, visa:

- a) garantir a oferta de formação permanente para qualificar profissionais do SUAS no que

se refere ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais; b) capacitar técnicos e gestores do SUAS para a implementação das ações dos Planos Estratégicos do governo brasileiro; c) induzir o compromisso e responsabilidade do pacto federativo do SUAS com a Educação Permanente junto às Secretarias Estaduais e ao Distrito Federal; d) aprimorar a gestão do SUAS nos municípios, estados e Distrito Federal (BRASIL, CNAS, 2013).

De forma concomitante ao processo de elaboração e aprovação do Programa CapacitaSUAS, estava sendo discutida a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP- SUAS) que oriunda dos estudos e discussões de diversos sujeitos políticos (representantes de instituições de ensino superior, fóruns de trabalhadores organizados, representações de usuários, organizações representativas de gestores estaduais, do Distrito Federal e municipais, entidades profissionais, especialistas, etc.) teve a sua aprovação em março de 2013 por meio da Resolução n.04 do CNAS.

O CAPACITASUAS atualmente integra a Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP- SUAS), sendo uma estratégia valiosa de educação e capacitação de trabalhadores (as), conselheiros (as) e gestores do SUAS. Proporcionando trocas de experiências e conhecimentos em todo território nacional de forma continuada e sistemática acerca dos direitos socioassistenciais, dos benefícios e serviços ofertados pela política de assistência social, dos mecanismos de controle democrático e gestão participativa dessa política pública.

O modelo de gestão da política de Assistência Social no Brasil, o sistema único de Assistência Social (SUAS) está presente em todo o território nacional (5.570 municípios) e, segundo os últimos dados do CENSO SUAS (2015) conta com mais de 600 mil trabalhadores de nível fundamental, médio e superior, além de conselheiros (as) atuantes em municípios, estados e na União. Um universo bastante heterogêneo e repleto de desafios para a operacionalização de uma política nacional de educação permanente. No entanto, a educação permanente no SUAS tem um desenho institucional que prevê a pactuação dos entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) observando as diversidades regionais, étnicas e ambientais em prol de estratégias que fortaleçam as identidades territoriais e regionais mas que ao mesmo tempo corroborem para a autonomia dos entes federados em favor de um sistema único de assistência social (SUAS) como estabelecido nos instrumentos legais em vigor (LOAS; PNAS, NOB-SUAS,NOB-RH\SUAS, etc.).

Em 2014, o CNAS aprovou a resolução n.28 (outubro de 2014) que dentre outras coisas estabelece que o Programa CapacitaSUAS terá a vigência até 2025, e não havendo deliberação em contrário o programa será prorrogado por igual período, nessa perspectiva esse artigo aponta os óbices e possibilidades de uma política de educação permanente do SUAS na Bahia em parceria com a UFRB, poder público e movimentos sociais (trabalhadores e usuários) buscando construir estratégias para a materialização de educação permanente que cumpra as deliberações nacionais mas que observe as especificidades e características do território, da região e da cultura dos trabalhadores (as), usuários (as), gestores (as) e conselheiros (as) da Política de Assistência no Estado da Bahia.

2. O CAPACITASUAS NA UFRB, A INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

De acordo com a Constituição Federal brasileira, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem

igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal.

Ora, a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão. Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, se ganha terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade).

A universidade é, portanto, espaço de formação, de reflexão, de crítica e de criação; inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber. Um espaço que, pelo avanço do conhecimento, através da pesquisa, do ensino e da extensão, possa buscar soluções para os mais variados e diferentes problemas científicos, sociais, econômicos, educativos e culturais da sociedade onde está inserida e formar cidadãos conscientes, capazes de entender a sociedade onde vivem e contribuir para a sua transformação em sociedades justas, igualitárias, soberanas e econômica e socialmente avançadas.

Nesta perspectiva, a Universidade deve ser uma instituição que consiga ter princípio e referência normativa e valorativa na sociedade e não nela mesma e em suas particularidades. E, nessa medida, a articulação entre os interesses e necessidades da sociedade e do mundo do trabalho, governos e universidade precisa ser colocada no justo ponto:

- uma universidade, portanto, que tenha liberdade no seu trabalho, no seu pensamento, expressão, sem discriminação de qualquer natureza;
- uma universidade que tem seus tempos diferentes dos tempos dos órgãos gestores, como as Secretarias de Estado e Ministérios;
- uma universidade que garanta a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

É nessa lógica que a Universidade Federal do Recôncavo⁶ da Bahia – UFRB⁷, se insere por meio do curso de serviço social⁸, em conjunto com os cursos de gestão pública e cinema e audiovisual na primeira etapa do CapacitaSUAS no Estado da Bahia, desenvolvido através da parceria com o Governo do Estado (Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS).

A Universidade, de forma inovadora, avançou na transformação do espaço do Programa de Capacitação para a construção de atividade de extensão, incluindo discentes dos cursos de serviço social, gestão pública e cinema e audiovisual, exercitando a transversalidade de conhecimentos e ações, bem como iniciou a execução de uma pesquisa que visa desvelar o perfil dos trabalhadores do SUAS no Estado da Bahia. Como produtos principais desta primeira etapa do CapacitaSUAS pode se apontar: elaboração de documentário; pesquisa; trabalhos de conclusão de curso; cartilhas e formação de estudantes concluintes na política de assistência social.

⁶ Compõem a região do Recôncavo os seguintes municípios: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macêdo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro da Purificação, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo. Esta região responde hoje por 12,67% do Produto Interno Bruto da Bahia. (SEPLAN, 2004).

⁷ A UFRB foi criada através da Lei nº 11.151, de 29 de julho de 2005, por desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, tendo sede e foro na cidade de Cruz das Almas e unidades instaladas nos municípios de Cachoeira, Cruz das Almas, Santo Antonio de Jesus, Amargosa, Feira de Santana e Santo Amaro.

⁸ O curso de Serviço Social da UFRB está no Centro de Artes Humanidades e Letras – CAHL, que fica localizado no município de Cachoeira/BA.

Portanto, um processo de educação permanente fala a sujeitos, a cidadãos, na instituição educacional, nas comunidades, nas obras. Nesse processo de estimular os sujeitos em seu processo de criatividade individual e social é necessário um balizamento ético que, em primeiro lugar, nos lembre que a educação é um direito inalienável do ser humano (educação para todos e com qualidade) e, ainda, que a Assistência Social é política pública de direitos a quem dela necessitar e ambas devem respeitar a diversidade e o outro em suas diferenças (YAZBEK, p. 141, 2014).

A experiência de transformar as ações do CapacitaSUAS em atividades de extensão, tem possibilitado, em particular aos discentes, exercerem a sua capacidade criativa na produção acadêmica e interesse pela política de assistência social. A criação de cartilha, página na internet, formação dos alunos concluintes e mais recentemente a elaboração do projeto GRADUASUAS (que é voltado para discentes em campo de estágio e concluintes) e a oficina de monitoramento das ações de educação permanente na região do Recôncavo Baiano, são produtos importantes e que contribuem para a consolidação da educação permanente. Esta diversidade de atividades, só tem sido possível por tratar-se de uma universidade pública que não tem no seu quadro professores horistas e que possuem uma dedicação apenas voltada para o ensino.

Destaca-se ainda, a importância da universidade executora ser do Estado da Bahia, possibilitando uma maior inserção no interior do Estado, bem como conhecimento da realidade da sua realidade, permitindo uma identidade com gestores, trabalhadores, usuários e conselheiros da assistência social na Bahia.

3. Construindo a educação permanente – possibilidades e desafios para o CapacitaSUAS/UFRB.

A PNEP aponta duas dimensões: a dimensão Trabalho e a dimensão Pedagógica. Desta forma, as práticas cotidianas e os processos de trabalho no SUAS, são a base para discussão de uma formação atrelada a uma prática profissional. Assim, a categoria trabalho é elemento fundamental para a materialização da educação permanente no SUAS. Segundo Antunes (2000), é uma categoria fundante do ser social.

A dimensão pedagógica deve ser fundamentada em um processo de permanente reflexão do fazer profissional na vida cotidiana. A ação educativa orientada exige de todos os envolvidos uma postura crítica, investigativa acerca do cotidiano profissional.

A Educação Permanente no SUAS, vem com um caráter inovador e propondo uma lógica que estabelece carga horária mínima para as formações, especializações e até mestrado, com muitos desafios pela frente.

Nós, gestores, trabalhadores, conselheiros, temos que incorporar a PNEP/SUAS ao Sistema de fato, rompendo com a lógica de encontros ou outras ações de caráter pontual como ações de capacitação ou formação. Hoje temos um padrão, que a política trouxe para a política pública de assistência social (ALBUQUERQUE e SILVA, p. 96, 2014).

Como estratégia importante para a efetivação da PNEP, o CapacitaSUAS, enfrentou algumas dificuldades para a sua execução no Estado da Bahia: ligadas a formação profissional dos trabalhadores participantes da capacitação; precariedade dos vínculos laborativos destes trabalhadores; dificuldades gerenciais/financeiras de alguns municípios (que não conseguiram viabilizar a participação de seus trabalhadores na primeira etapa do Programa).

A Universidade antes de iniciar as primeiras turmas realizou oficinas de alinhamento com técnicos do MDS, docentes envolvidos, técnicos do Governo do Estado e após esta fase, efetivou uma série de reuniões com a equipe do governo do Estado para alinhar procedimentos administrativos e pedagógicos.

O primeiro curso ocorreu com algumas dificuldades, em especial ligadas à logística e repasse dos recursos para os cursistas por parte da Fundação que é responsável pela gestão financeira do programa na Universidade. Apesar dos problemas elencados, os professores foram avaliados de forma positiva por parte dos participantes.

A capacitação deve continuar, são bons professores, dinâmicos e transmitem os conteúdos com segurança, porém devem melhorar nas acomodações e na infra estrutura (Cursista do município de Cachoeira/BA)

Após a fase inicial, os erros foram sendo corrigidos gradativamente, no entanto, a realização e cumprimento do cronograma de aulas não ocorreu consoante o planejado e pactuado entre a Universidade e a SJDHDS por alguns motivos, merecendo destaque os seguintes: dificuldade de mobilização dos municípios para participar da Capacitação (responsabilidade do Estado); dificuldade de conciliar o cronograma planejado com as datas das festas juninas do interior do Estado; dificuldade ligadas ao período eleitoral em primeiro e segundo turno. Estes atrasos levaram a realização de aditivos para conclusão da capacitação nos polos/municípios previstos.

Não obstante, com a mudança de governo no início de 2015, e mudança da nomenclatura⁹ da secretaria responsável pela política de assistência social no Estado, mais um grande atraso ocorreu, pois estas questões interferiram nos repasses dos recursos financeiros para dar continuidade às ações, só sendo retomadas quase seis meses após o início do ano.

Apesar das dificuldades em concluir a primeira etapa, a Universidade tem uma preocupação e atenção voltada para a seleção e preparo de professores, que possam contribuir para a implementação da PNEP e para que a política de assistência social seja implementada em todos os municípios do Estado. Além da escolha de professores, os discentes envolvidos são escolhidos através de edital, obedecendo a critérios pré-estabelecidos pela coordenação geral e coordenação pedagógica do Capacita na UFRB.

A preocupação do Estado está voltada para as metas e prazos, dificultando, por vezes a organização de turmas e participação de professores mais adequados a certos conteúdos.

Esse exercício de unir as preocupações das instituições envolvidas, leva a alguns entraves. Fica posta a necessidade de definição de papéis entre os entes envolvidos de forma que exista um melhor entendimento acerca do que é uma execução apenas para aulas e o que é uma execução que amplie a possibilidade de ação do responsável pela execução de forma que a PNEF seja enraizada mais amplamente.

A Política Nacional de Educação Permanente está fundamentada na crítica reflexiva dos trabalhadores para a construção de novos processos de trabalho, o que requer ações firmes e inovadoras, envolvendo vários sujeitos nesse processo.

⁹ No início da realização do CapacitaSUAS o nome da secretaria era Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Fome – SEDES, com a mudança de governo passou a ser Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do programa CapacitaSUAS, no Estado da Bahia são avaliados como positivos. O momento de capacitação possibilita troca de saberes e experiências, fortalecendo os trabalhadores frente as dificuldades encontradas no cotidiano de trabalho.

Os profissionais relatam interesse e importância em realizar capacitações, pois entendem que estes momentos possibilitam a aquisição de novos conhecimentos e amplia seu potencial de enfrentamento das adversidades vivenciadas no cotidiano do trabalho, contribuindo para a busca da superação dos desafios.

Os desafios de executar o CapacitaSUAS na Bahia são muitos, desde o número de profissionais previstos para a primeira etapa (2.250), dificuldades de cumprimento do cronograma planejado; dificuldade do Estado perceber o trabalho da Universidade na dimensão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; dificuldades de logística em municípios distantes da sede da universidade (chegando a mais de 800km) e a dificuldade de mobilização de municípios para inscrição de seus profissionais.

Apesar dos problemas elencados, o CapacitaSUAS tem sido avaliado de forma positiva por parte dos cursistas, apontando desafios importantes para o avanço e efetivação da Educação Permanente no Estado, como: criar estratégias que possibilite um maior número de profissionais capacitados (como a manutenção dos cursos nos polos mais distantes da capital do Estado); produção de conhecimento a partir das experiências vivenciadas com os cursistas e com as ações dos discentes envolvidos (estagiários da UFRB); contribuir para a criação de outros espaços formativos no SUAS; fortalecer os núcleos municipais de Educação Permanente no SUAS, dentre outros.

O CapacitaSUAS na Bahia encontra-se em fase de finalização da primeira etapa, garantindo a qualidade das aulas e inovando na elaboração de produtos que irão contribuir com a disseminação dos conhecimentos acerca da Política de Assistência Social. A experiência em curso envolve professores da UFRB e profissionais de renomado conhecimento na área da assistência social do Estado, além dos discentes tem sido extremamente rica. Por outro lado, embora esteja cadastrado na universidade como um projeto de extensão, tem contribuído para garantir a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão dentro da UFRB, contribuindo para o cumprimento da função social da universidade pública.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, S. A. e SILVA M. A. A educação permanente no SUAS: Perspectivas e desafios. In: CRUS, J. F. et al, Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2014.

ANTUNES, R. 1999. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 6ª edição. Campinas: Cortez, Ed. Unicamp.

_____. Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. 3ª edição. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRAGA, L. L. C. A Ética como Princípio das Equipes de Referência no SUAS: Concepção e o desafio da interdisciplinaridade. In: CRUS, J. F. et al, Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social, Brasília, 2012.

BRASIL, Presidência da República. Lei Orgânica de Assistência Social, nº 8.742/1993. (Com as alterações da Lei 12.435/2011).

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos. NOB-RH\SUAS. Resolução CNAS Nº 269, 13 dezembro de 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS Nº 08, de 16 de março de 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS Nº 04, de 13 de março de 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS Nº 28, de 14 de outubro de 2014.

CASTEL, R. As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

SEGNINI, L. 2000. Educação e Trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. In: Revista São Paulo em Perspectiva, 14 (2).

SPOSATI, A. 2012. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: Concepção e gestão da proteção social não contributiva o Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO.

TAVARES, M.C.; FIORI, J. L. Poder e dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.

YAZBEK, M. C. Educação Permanente e a Política de Assistência Social: O papel da academia e os desafios para o serviço social. In: CRUS, J. F. et al, Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2014.